

# Dossiê Pluralismo Religioso

Edição temática: Joanildo Burity

---

## Guerreiros e missionários em favelas do Rio de Janeiro

Patricia Birman

De início, uma afirmação: pluralismo religioso, cultural, moral e ideológico não convivem bem com a restrição de direitos. Os ataques ao direito à vida certamente não se fazem por adesão a uma sociedade plural. Assim, para responder à pergunta dos editores deste número, sobre o impacto das religiões em contextos de violência, o que primeiro me ocorre é colocar em pauta a possibilidade de cultivar um pluralismo de opiniões e práticas religiosas e laicas em um contexto de violência, onde há perda constante de vidas humanas. Um contexto social no qual a morte é banalizada e a sua ameaça é onipresente não favorece a autonomia das pessoas, o respeito a seus modos de vida e a defesa de seus direitos, inclusive o de escolher a sua religião.

O meu texto terá como tema as relações religiosas em contextos de violência, tal como me foi proposto. Vou me referir a contextos de violência conhecidos nacionalmente: as favelas e periferias no Rio de Janeiro. Há, no mínimo, 25 anos que a questão da violência ganhou visibilidade e se transformou em um problema público. Não que antes as favelas não fossem

consideradas um problema, mas o contexto era outro. Hoje, persiste a equação favela e violência na agenda pública e midiática, que instila em suas narrativas uma percepção conformista de um quadro de morticínios que se repete monotonamente, naturalizando-se no cotidiano dos moradores da cidade e de seus espaços periféricos.

As promessas de “acabar” com a violência possuem uma história complexa que não vou tratar aqui. Mas faço uma observação: habitualmente, a categoria violência nas grandes cidades está referida àquela conectada à venda de drogas no varejo e a seus atores, situados em favelas e periferias. No entanto, é sabido que o combate a essa violência pelas forças policiais e militares tem sido particularmente mortífero. Todas as estatísticas indicam que o extermínio de indivíduos por ocasião das incursões policiais às favelas é imenso. A categoria violência, no entanto, é empregada como uma forma de acusar e de estigmatizar – com efeitos destruidores – os moradores de favelas, quando o maior contingente de mortes provocadas por combates armados é de responsabilidade dos policiais militares do estado do Rio. Muitos estudiosos, agências internacionais e instituições de direitos humanos consideram esses crimes, que atingem mais especificamente a população masculina, negra e pobre das favelas, como um extermínio permanentemente produzido pelas políticas de segurança do Estado.

Não obstante, os moradores dessas áreas não cessam de ser responsabilizados por suas próprias mortes. Considerados moralmente deficitários, vivem em um meio visto como deletério e potencialmente criminoso. Os homicídios que lá ocorrem se devem, segundo esta narrativa, à cumplicidade de todos ou quase todos os habitantes dessas localidades com os traficantes de drogas... e assim, eles próprios anulariam os esforços da polícia... A força dessa narrativa é gigantesca, ela mobiliza os discursos arraigados a respeito da desigualdade essencial dos pobres e da falta de mérito desses para usufruírem de direitos.

A percepção da violência na cidade se ampara, pois, na percepção difusa e persistente relativa ao perigo ameaçador que reside nestas aglomerações à margem do estado, nas ditas comunidades que abrigam os que não teriam sido, na visão mais difundida, inteiramente civilizados. A guerra como categoria amplamente empregada no combate à violência ancora-se, portanto, na suposta incapacidade moral e social dos favelados de não aceitarem uma cumplicidade com bandidos.

Essas favelas, entendidas como comunidades morais homogêneas, percebidas quase consensualmente como incivilizadas e deficitárias, têm justificado, por um lado, as incursões mortíferas da polícia para liquidar com a questão da violência. Por outro, as políticas de “guerra” ao crime também se mostram infrutíferas e desgastadas. Embora vistas como necessárias, busca-se acompanhá-las de práticas voltadas para as deficiências morais dos habitantes das favelas, sobretudo dos jovens. Muitos programas que buscam afastar os jovens da criminalidade são e foram feitos nas favelas. Mais recentemente, o governo do estado inaugurou um projeto ambicioso para a contenção da violência, a UPP. Esse, no entanto, já se esborrou. Ao longo dos anos, a população da cidade volta e meia proclama o seu desejo de “acabar” com a violência, o que tem resultado em políticas públicas que, em alguns momentos cruciais, investem na presença militar nas favelas e, também, buscam investir em medidas socioeducativas no plano religioso, cultural e artístico direcionados ao soerguimento social e moral de sua população.

Esse duplo investimento, com efeito, criou, a partir dos combates armados e das condutas de pacificação moral das favelas, dois modos de ação complementares. As incursões armadas poderiam assegurar a continuidade das práticas educativas, religiosas e muitas outras. Com um senão: o controle armado se encarrega, assim, de fazer a triagem entre o bom e o mau, entre o educativo e o pernicioso, entre a liberdade e o seu abuso. Não seriam projetos antinômicos nas estratégias de luta contra à violência e, paulatinamente, passaram a envolver atores que, como veremos, aprenderam a dominar os dois repertórios de ação.

E assim, se faz da questão da violência uma temática que implica, cada vez mais, especialistas, familiarizados tanto com a prática da guerra, quanto com a psicologia de massas, com a educação da infância, com os princípios morais e religiosos, com a educação artística, com o valor do empreendedorismo, etc. O poder das armas pretende andar de mãos dadas com o poder da palavra.

Alguns desses especialistas são religiosos associados às políticas públicas e aos seus dispositivos em curso, outros, religiosos também, estão integrados no comércio de drogas e se encontram em permanência sob a ameaça da guerra com as forças da polícia e de outras facções. Há um conjunto de especialistas que participam de redes voltadas para estas populações associadas à violência, que articulam programas religiosos, que são também, e ao mesmo tempo, artísticos, militares, associativos e comerciais.

Este texto sugere, portanto, que as relações entre religião e violência não são de causa e efeito, mas se alimentam reciprocamente no interior das dinâmicas desses territórios, muitas vezes descritos como lugares de exceção. Há uma circularidade que indica efeitos em espiral e também uma complementaridade entre práticas de salvação e práticas de controle sob a força das armas. A visibilidade na esfera pública da questão da violência suscitou o aparecimento de projetos militares, políticos e assistenciais, cuja atuação não prescinde das armas, ao mesmo tempo materiais e espirituais. Figuras de dupla face, as religiões se encarnam também nas figuras de combate, mergulhadas no contexto de uma guerra, nos territórios da pobreza.

Poder de matar e poder de salvar estão reunidos em muitas situações, corporificados pelos mesmos indivíduos, tanto por parte das forças policiais-militares quanto por parte dos ditos bandidos e suas facções. A militarização dos espaços tem como consequência a ampliação do espectro da responsabilidade missionária assumida por seus combatentes.

A relação entre combate armado e combate espiritual e ritual também tem sido naturalizada. Há grupos religiosos que reivindicam, com sucesso, a propagação da palavra divina através de seus estatutos policiais-militares. A pesquisadora Carly Machado, em seu artigo “Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro” (2014), nos chamou a atenção para o grupo gospel do BOPE, grupo este que se encontra no topo das incursões mortíferas das favelas do Rio de Janeiro. A “Tropa de Louvor” é considerada como um serviço social pelo site oficial do BOPE. Seus soldados fardados, com a insígnia da caveira ao fundo, compõem os cenários dos shows que realizam.

Em sua etnografia sobre a favela de Acari, a socióloga Christina Vital nos apresenta o que, durante muito tempo, se considerou como um paradoxo, a saber, traficantes que seriam também evangélicos. Estes exercem controle sobre a favela que, volta e meia, é invadida por incursões do BOPE seguidas de morticínios da população.

Os traficantes aderiram às religiões evangélicas e como ela descreve: “[...] passaram a expressar e difundir sua fé não só em muros na favela, mas também em orações propagadas através de seus ‘radinhos’, em mensagens dispostas em seus diários, em tatuagens em seus corpos, pedindo cultos de ação de graças em igrejas evangélicas locais por ocasião de seus aniversários e de outras comemorações, promovendo shows gospel, pagando dízimo e/ou fazendo ofertas nas igrejas locais, etc.” A oração propagada através de “radinhos” para mais de outros quinhentos sintonizados na mesma frequência seja em Acari, seja nas favelas vizinhas sob o regime da mesma facção criminosa, era feita por um traficante, em 2009, todos os dias, às 5h30.

Christina Vital indica também que a conversão destes jovens em Acari resultou no apagamento de muitas inscrições católicas e candomblecistas nos muros da favela, além da

destruição de objetos de culto nos espaços públicos. Um cruzeiro foi substituído por uma Bíblia, grafites e desenhos religiosos católicos e afro-brasileiros nos muros foram apagados e substituídos por salmos. Houve, pois, a imposição de um espaço público no qual somente os grupos evangélicos podem se exprimir.

Um outro exemplo importante provém da UPP implantada no Morro Dona Marta, favela situada em um bairro de classe média no Rio. Assumiu a UPP a comandante Priscila, policial-militar e evangélica. Como descreve a pesquisadora Palloma Menezes, em sua tese, “a mistura entre aquilo que é considerado como o trabalho de polícia propriamente dito e o trabalho como agente social, que ocorre nas UPPs [...] Os policiais que têm essa dupla atuação têm que lidar, por um lado, com o tradicional repertório da guerra, que prioriza o conflito violento com as quadrilhas de narcotraficantes” e, por outro, com “o repertório do social, que prioriza a ação preventiva, através do desenvolvimento de atividades que visam, dentre outros objetivos, à diminuição do envolvimento das pessoas com a criminalidade.”

Palloma Menezes chama atenção para os “dois lados” do comportamento da comandante Priscila: por um lado, ela bate e é considerada durona, por outro, ela ora e entoava cânticos evangélicos com as crianças e mães do lugar\*\*.

Há algo específico hoje em dia em relação à presença religiosa nos locais da cidade onde o combate armado e o trabalho missionário se conjugam. Nestes tempos de extermínio, o medo e o sofrimento juntam-se cotidianamente no horizonte dos seus habitantes e o acesso destes a direitos evidentemente é limitado, quando não desconsiderado, como o direito à vida. Não acreditamos que pluralismo religioso possa florescer nestas circunstâncias. A mão que usa de ameaças, nos casos que privilegiei, é também aquela que carrega a Bíblia e faz de sua fé a única que pode proteger contra a morte e suas perdas. Percebemos como a implementação de políticas públicas em regiões de favela é fortemente incentivada pela associação que aqui

destacamos entre as práticas evangélicas, cada vez mais naturalizadas no âmbito do Estado, e o horizonte possível da cidadania para aqueles submetidos à violência das armas.

## NOTAS

[\*] Cf. <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/V>. O relatório da Anistia Internacional aponta que entre 2005 e 2014, em dez anos, foram registrados no estado do Rio 8.466 homicídios.

Cf. também <http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/>.

[\*\*] O trecho de uma oração que ela reproduz no seu artigo: “Senhor, fazei com que a vida torta que eu vivo sirva pra ajudar as pessoas a viver uma vida melhor e direita. Senhor: eu lhe peço proteção não para mim, mas para meus amigos. Que os livre da morte, Senhor, que eles não sejam mortos covardemente e que não matem nenhum polícia ou inimigo que venham atacar nossa favela. Senhor, é só o que peço...”

## PARA SABER MAIS

CUNHA, Christina Vital da. **Religião e criminalidade**: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Religião & Sociedade*, n. 34 v. 1, p. 61-93, 2014.

MACHADO, Carly. Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra. (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 451-472.

MENEZES, Palloma. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**. Uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

## A AUTORA



**Patricia Birman** é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), possui pós-doutorado (1995/1996) pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris. É professora titular de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, desenvolve trabalhos sobre conexões entre discursos e práticas religiosas e conflitos na cidade bem como pesquisa sobre territórios, identidades e formas de segregação no espaço urbano.

## COMO CITAR ESSE TEXTO

BIRMAN, Patrícia. Guerreiros e missionários em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Coletiva**, Recife, n. 21, jan.fev.mar.abr. 2017. Disponível em: <<https://www.coletiva.org/dossie-pluralismo-religioso-n21-guerreiros-e-missionarios-em-favelas-no-rio-de-janeiro>>. ISSN 2179-1287.